

UM TEMPO DE MUDANÇAS: TRABALHO, POLÍTICA E SOCIEDADE BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XX E LIMIAR DO SÉCULO XXI

Vânia Amaral da Rocha – UFU ¹

RESUMO

O presente artigo é parte da pesquisa realizada na dissertação de mestrado defendida pela autora, no Programa de Pós-Graduação em Educação da FAGED-UFU. Buscou apreender a dinâmica das mudanças sociais, políticas e econômicas no final do século XX e limiar do século XXI, e seus desdobramentos nas políticas educacionais brasileiras, em especial, na educação superior. Nesta análise, discutiu-se as novas tendências no âmbito da organização do trabalho, da produção e do papel do Estado, face os desafios da globalização econômica e das práticas neoliberais. Procurou evidenciar os ajustes político-econômicos em nível nacional, especialmente, a partir da segunda metade da década de 1990, nos governos de FHC. Os elementos aqui destacados ajudam a afirmar a historicidade do objeto de pesquisa, na medida em que situam as relações entre o contexto sócio-político-econômico e educacional mais amplo e o objeto de estudo analisado.

Palavras-chave: Mudanças; Políticas educacionais; Educação Superior.

¹ Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na área de Políticas e Gestão da Educação (2005). Especialista em Educação e Organização do Trabalho em Instituições de Ensino Superior pela UFU (2007). Especialista em Pedagogia Empresarial: Educação e Desenvolvimento de Talentos Humanos pela UFU (2002). Graduada em Pedagogia pela UFU (1999). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação de Sistemas, Instituições, Planos e Programas Educacionais, Metodologia da Pesquisa Científica, Legislação Educacional e Estágio Curricular Obrigatório. Possui vínculo funcional no cargo de pedagoga da Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é coordenadora pedagógica e administrativa do Hospital Veterinário da UFU. vaniadovidigal@gmail.com

ABSTRACT

This article is part of the research carried out in the master's thesis defended by the author, in the Post-Graduation Program in Education of FAGED-UFU. It sought to capture the dynamics of social, political and economic changes at the end of the 20th century and the threshold of the 21st century, and its developments in Brazilian educational policies, especially in higher education. In this analysis, the new trends in the organization of labor, production and the role of the State were discussed in the face of the challenges of economic globalization and neoliberal practices. It tried to show the political-economic adjustments at the national level, especially, from the second half of the decade of 1990, in the governments of FHC. The elements highlighted here help to affirm the historicity of the research object, insofar as they situate the relations between the broader socio-political-economic and educational context and the object of study analyzed.

Keywords: Changes; Educational policies; College education

1. Mudanças na organização do trabalho e da produção

As atuais mudanças na forma de organização do trabalho e da produção visam a atender as demandas da nova configuração do capitalismo no mundo globalizado que tem nas propostas neoliberais o polo de referência político-econômica. A educação superior insere-se nesse contexto de análise enquanto um meio importante de composição da força de trabalho que atenda à necessidade de valorização e expansão do capital.

O crescimento econômico e social no decorrer dos anos de 1940-1950, sustentado pelas políticas Keynesianas de caráter intervencionista, com o modelo de Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), possibilitou a concretização da sistemática taylorista/fordista de produzir. Conforme Silva (2002, p. 138) a intervenção estatal “não se colocava no sentido de substituir a empresa privada ou de intervir diretamente no seu modo de funcionamento”, mas para o desenvolvimento de uma política de controle fiscal, financeiro e social.

Tratava-se, portanto, de um modelo de Estado que ocupava lugar central enquanto mediador/equilibrador da reprodução do capital e da força de trabalho.

O modelo de produção taylorista e fordista, sustentado na regulação de preços e salários, longe de eliminar o conflito entre o capital e o trabalho, possibilitou ao trabalhador um nível maior de especialização do saber produtivo e um maior poder de compra das mercadorias por meio da garantia dos direitos sociais assegurados pelas políticas keynesianas que fortaleciam o Estado-Providência ou Estado de Bem-Estar-Social nos países centrais ou Estado desenvolvimentista², na periferia e semiperiferia do sistema mundial. A respeito deste modelo de Estado, Afonso (2000, p. 84-85) apresenta a seguinte definição:

Trata-se de um Estado que, apesar de comprometido com o processo de acumulação capitalista e com os interesses das classes sociais dominantes, procurou legitimar-se (ganhar apoio social) alargando os direitos econômicos, sociais e culturais dos trabalhadores - naturalmente, também por pressão dos próprios trabalhadores e suas organizações representativas (sindicatos e federações sindicais, entre outras).

² Este termo é utilizado no texto de SANTOS, 1999.

A partir do final dos anos sessenta, em meio às contradições do próprio sistema produtivo taylorista/fordista, conforme Silva Júnior (2000, p. 238), caracterizadas por uma crise de superprodução de capital financeiro - que operou “uma grande diferença entre a realização de capital produtivo, produtor de mais-valia, e o inchaço provocado pelo capital especulativo” -, começam emergir novas estratégias para a organização técnica da produção, caracterizada pela flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo.

Nos anos noventa, o novo contexto produtivo foi marcado pelo avanço do processo de integração econômica mundial e o “surgimento de novos paradigmas onde a competitividade entre organizações e a busca da eficiência e da efetividade tornaram-se essenciais” (PIMENTA, 1998, p. 176). Entre as novas estratégias do capital, na fase de reestruturação produtiva, no que concerne à relação entre trabalho e valor, destaca-se aquela que elimina níveis intermediários de comandos dentro das organizações, tendo em vista a supressão de várias funções como supervisão, vigilância, inspeção, gerências intermediárias, entre outros. Essa estratégia, como explica Silva Júnior (2000, p. 238),

[...] se constitui em elemento centro do toyotismo e da empresa capitalista moderna com base na *lean production*, visa transferir e incorporar ao trabalho produtivo atividades que eram anteriormente feitas por trabalhadores improdutivos. Reduzindo o trabalho improdutivo, graças à sua incorporação ao próprio trabalho produtivo, o capital se desobriga de uma parcela do conjunto de trabalhadores que não participam diretamente do processo de criação de valores.

As novas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas ditaram um novo perfil de trabalhador (a) para incorporar-se às novas funções. Capacidade de imaginação, concentração e cooperação para operar com novas tecnologias passaram a ser requisitos essenciais para possibilitar maiores ganhos de produtividade ao empregador. A este respeito, Invernizzi (2000), em análise do contexto produtivo flexível, aponta para a redefinição da divisão do trabalho que dá origem a formas polivalentes e à emergência de novos requisitos de formação refletidos em treinamentos técnicos mais formalizados. Estes treinamentos exigem um maior nível de escolarização dos trabalhadores e evidencia a relevância de algumas capacidades cognitivas e aspectos disciplinares aprendidos na escola. A autora mostra a existência de formas muito diversas de polivalência:

Um primeiro recorte analítico nos conduz a diferenciar entre formas que implicam em escassa ou nula ampliação de conhecimentos do trabalhador, porque não superam a lógica das “tarefas”, e formas que sim exigem uma ampliação e aprofundamento dos conhecimentos sobre a produção. Num segundo recorte, podemos diferenciar ainda, diversas alternativas dentro de cada caso, quais sejam: a) adição vertical de funções (integração de atividades de controle de qualidade, de manutenção e de gestão à atividade propriamente produtiva), b) adição horizontal de funções (isto é, de várias atividades produtivas similares ou diferentes), c) adição vertical e horizontal reunidas e, finalmente, d) síntese complexa de múltiplas atividades (INVERNIZZI, 2000, p. 5).

Com se observa, a nova organização produtiva denominada por Harvey (1994) de “acumulação flexível” altera substancialmente as relações de trabalho. Por operar com uma produção mínima e sem estoque ocorre a redução do número de empregos efetivos, situações de trabalho em tempo parcial e temporário sem vínculo empregatício.

A terceirização e a subcontratação são exemplos desta nova organização do trabalho tão expandida na década de noventa do século XX e estratégias fundamentais de redução de custos empregatícios. Nesse processo de redefinição do mundo do trabalho, tem-se igualmente um processo de redefinição do papel do Estado frente ao avanço da globalização e do ideário neoliberal.

2. Alterações no papel do Estado face aos desafios da globalização econômica e das práticas neoliberais

Conforme Ianni (1997), as bases sociais e as polarizações de interesses que sustentam as práticas neoliberais são acentuadas no contexto da nova divisão transnacional do trabalho e da produção, da crescente articulação dos mercados nacionais e regionais em um mercado mundial, dos novos desenvolvimentos dos meios de comunicação, da formação de redes de informática, da expansão das corporações transnacionais e a emergência de organizações multilaterais, entre outros. O processo de globalização³ e de regionalização que caracteriza este contexto

³ Segundo Gómez (2000, p. 18-19), a palavra globalização popularizou-se através das obras de notórios consultores de estratégia e *marketing* internacional, difundindo-se através da imprensa econômica e financeira especializada e, rapidamente assimilada pelo discurso hegemônico neoliberal. Para o autor, o termo globalização denota o incremento das interconexões globais (facilidade e frequência com que informações, contaminação ambiental, migrantes, turismo, armas, imagens, ideias, doenças, criminalidade, etc., fluem através das fronteiras territoriais nacionais.

obteve maior visibilidade nos anos noventa do século XX pela intensidade e rapidez de ocorrência jamais vista anteriormente.

Para os dois principais expoentes do ideário neoliberal, o austríaco Friedrich Von Hayek que lançou o livro “O Caminho da Servidão⁴”, em 1944 e o teórico Milton Friedman com a obra “Capitalismo e liberdade⁵” em 1962, as raízes da crise do capital estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Os teóricos favoráveis às práticas neoliberais argumentavam que o movimento operário impediria os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearia processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. A solução era manter um Estado forte em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos, mas moderado nos gastos sociais e nas intervenções econômicas.

Por isso, defendiam que a liberdade econômica é um requisito essencial da liberdade política, devendo esta, reger-se pela mesma lógica que estabelece o intercâmbio de mercadorias no mercado, ou seja, o mercado é o melhor mecanismo dos recursos econômicos e da satisfação das necessidades dos indivíduos e todos os processos que apresentam obstáculos, controlam ou suprimem o livre jogo das forças do mercado terão efeitos negativos sobre a economia, o bem-estar e a liberdade dos indivíduos.

As primeiras grandes experiências de “ajuste” neoliberal em governos de países do capitalismo central como, por exemplo: Inglaterra com Margaret Thatcher (1979), Estados Unidos com Reagan (1980) e Alemanha com Helmut Kohl (1982) mostram com clareza, os efeitos nefastos das práticas neoliberais para a classe trabalhadora e suas organizações reivindicatórias e partidárias, tais como: redução das instituições de bem-estar social, privatização do financiamento e da produção dos serviços, cortes dos gastos sociais, eliminando-se programas e reduzindo-se benefícios, canalização dos gastos para os grupos carentes, entre outros.

⁴ HAYEK, F., 1977.

⁵ FRIEDMAN, M., 1985.

No caso específico da América Latina, as práticas neoliberais ganharam sustentação a partir da reunião que ocorreu no ano de 1989, com a participação de membros dos organismos de financiamento internacional, entre eles, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, juntamente com representantes do governo norte-americano que tiveram como propósito, avaliar as reformas econômicas empreendidas na América Latina e traçar diretrizes políticas para os países participantes da reunião, entre eles o Brasil. A referida reunião ficou conhecida como “Consenso de Washington”⁶ por expressar o marco da expansão das propostas de cunho neoliberal defendidas pelo governo norte-americano e pelos bancos financiadores para os países da América Latina.

Segundo Carcanholo (2002, p. 25), as recomendações feitas pelo “Consenso de Washington” abrangeram dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual. Em relação ao papel do Estado, sugeriu-se o equilíbrio fiscal como forma de combater a inflação e os problemas de desequilíbrio externo. Inclui-se nesse percurso “o corte drástico nos gastos públicos (“racionalização” de salários dos funcionários públicos; reforma administrativa como forma de enxugar o tamanho do “elefante” estatal; priorização dos gastos públicos) e a privatização” (CARCANHOLO, 2002, p. 25-26).

Como efeito, as práticas neoliberais se consolidaram como uma linguagem e um projeto dominante de globalização econômica, apresentando-se como uma receita de alcance universal capaz de autorregular-se sem interferências políticas nacionais, regionais ou internacionais, a fim de gerar benefícios para todas as nações que neles se inserem competitivamente.

Ao mesmo tempo ocorre a diminuição do poder do Estado nacional, levando à formação de blocos regionais tais como o Mercado Comum Europeu, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e o Mercosul, que aparecem como uma resposta do Estado-nação tentando manter o seu poder regulatório. Surge o conceito de Estado-rede (CASTELLS, 1998 apud PIMENTA, 1998, p. 177), resultado da articulação entre o local, o regional, o nacional e o supranacional. Um Estado associado ao setor privado, às entidades não-lucrativas e a outros atores da sociedade civil (PIMENTA, 1998, p. 177).

⁶ Para uma análise mais aprofundada do assunto ver BATISTA, 1994.

As consequências do avanço do ideário e das práticas neoliberais podem ser sintetizadas na avaliação de Ianni (1997, p. 20),

[...] primeiro, o modo pelo qual os processos de interdependência econômica, política, legal, militar e cultural estão mudando a natureza, o alcance e a capacidade do Estado moderno, e de como a sua capacidade “regulatória” está sendo desafiada e reduzida em algumas esferas; segundo, o modo pelo qual a interdependência regional e global cria cadeias de decisões e atuações políticas inter-relacionadas entre os estados e os seus cidadãos, alterando a natureza e dinâmica dos próprios sistemas políticos nacionais; e, terceiro, o modo pelo qual as identidades culturais e políticas estão sendo redesenhadas e reavivadas por tais processos, levando muitos grupos, movimentos e nacionalismos, em âmbito nacional e regional, a questionar a representatividade e confiabilidade do Estado-nação.

Nesse contexto, conforme ressalta Corsi (1997, p. 102), a hegemonia neoliberal gerou um certo consenso segundo o qual aos Estados não restaria outra alternativa frente à globalização senão imprimir políticas econômicas calcadas na estabilização dos preços e do câmbio, na desregulação dos mercados e na privatização, só assim seria possível garantir a competitividade de suas economias. Este cenário “é intensificado com o progresso da tecnologia da informação, que, além de favorecer o comércio internacional, interliga cidadãos de diversas nacionalidades segundo novos interesses e demandas” (PIMENTA, 1998, p. 177).

O argumento neoliberal em defesa do “Estado Mínimo”, como forma de reduzir os gastos públicos para evitar uma crise fiscal, ou uma perda de crédito público, tem implicado no agravamento das condições de vida da população de baixa renda que, desprovida das políticas sociais oferecidas pelo Estado e representação política reduzida, sofre com o desemprego, com a falta de assistência à saúde, de habitação e de educação.

3. O Estado brasileiro no contexto das atuais tendências mundiais

No Brasil, as práticas neoliberais encontraram um campo fértil para se desenvolverem no governo Collor de Mello (1990) sendo efetivamente concretizadas, com as condições políticas que foram criadas com os governos de FHC, no período de 1995 a 2002.

Uma fundamental estratégia neoliberal, no contexto da reforma do Estado brasileiro, foi a transferência de direitos sociais conquistados da esfera da política para a esfera do livre mercado. Esta estratégia foi sustentada pelo argumento de que o caráter limitado e ineficiente do Estado para gerenciar a política pública não garantiria uma distribuição eficiente dos serviços, que a interferência da política nas questões sociais geraria, ela mesma, improdutividade. Nesse sentido, o mercado é tomado como a contraface dinâmica e flexível que asseguraria a competência e, por conseguinte, permitiria desdobrar uma série de estratégias e receitas para orientar as ações e decisões governamentais.

Nesse quadro, a flexibilização das políticas públicas brasileiras vem constituindo a matriz de sustentação das ações neoliberais para garantir à iniciativa privada maior liberdade para aumentar sua eficiência e produtividade. No âmbito educacional, flexibiliza as regras de oferecimento do ensino para atender, o mais rápido possível, as demandas de formação requeridas pelo mercado, o qual dita “os temas preferenciais da pesquisa, os produtos prioritários, os serviços mais urgentes e que configura os valores da formação, os perfis profissionais, as competências e habilidades requeridas nos postos de trabalho, os tempos e ritmos da capacitação” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 103).

É nesta versão mais nitidamente economicista das reformas neoliberais implantadas no Brasil que se destacaram os eixos principais das políticas públicas na era dos “ajustes estruturais” nos governos de Fernando Henrique Cardoso-FHC: focalização, descentralização, desregulamentação, privatização e avaliação. A focalização significa o direcionamento do gasto social aos setores de maior necessidade e urgência. No entendimento de Coraggio (1996, p. 90), “a focalização pode acabar significando uma redistribuição de recursos públicos dos setores médios para os pobres acompanhada de uma redução na qualidade e complexidade dos serviços públicos”. Na educação, por exemplo, focaliza-se o gasto social no ensino básico, com ênfase no ensino fundamental de crianças e adolescentes em detrimento da educação pré-escolar, ensino médio, fundamental de adultos e ensino superior.

Como registra Haddad (1998, p. 48-49), ao optar por um setor da sociedade para receber recursos e serviços educacionais, a oferta pública opta por atender as novas gerações que hoje estão entrando na escola, em detrimento de outros que seriam atendidos pelos setores privados ou beneficentes.

Em outra análise da política de focalização, Moraes (2000, p. 38) diz que ao focalizar, substitui-se o acesso universal aos direitos sociais, bens públicos, pelo acesso seletivo, bem como reduz as políticas sociais e programas de socorro à pobreza absoluta. Para o autor, as políticas sociais aproximam-se cada vez mais do perfil de políticas compensatórias que supõem, como ambiente prévio e "dado", um projeto de sociedade definido pelo universo das trocas, pela mão invisível do mercado.

Para Draibe (1994, p. 97), as políticas de focalização se apoiam em duas justificativas:

[...] aquela de Friedman, de que o Estado deve entrar apenas residualmente *tão-somente* no campo da assistência social, e a que argumenta com o fato que em geral os mais necessitados não são, em princípio, os que efetivamente beneficiam-se do gasto social: conseqüentemente deve-se redirecionar este gasto, concentrando-o em programas dirigidos aos setores mais pobres da população.

A política de descentralização, por sua vez, implica em desconcentrar as decisões políticas mais estratégicas, ou seja, por meio da transferência de responsabilidades da União na execução das políticas públicas para estados e municípios e, principalmente, para a iniciativa privada e Organizações Não-Governamentais (ONGs). A municipalização do Ensino Fundamental, por exemplo, vem constituindo mais "um jogo de empurra" do que propriamente de uma política articulada de colaboração entre as diversas instâncias de Governo.

O processo de desregulamentação que se realiza pelo ajuste de legislação, dos métodos de gestão e descentralização de responsabilidades estatais ocorre paralelo ao movimento de centralização e controle do sistema educacional pelo Estado, mediante a fixação de parâmetros curriculares nacionais e desenvolvimento de sistemas de avaliação. Conforme Haddad (1998, p. 49) "o Estado controla o produto abrindo mão do processo".

Quanto ao processo de privatização, Haddad (1998, p. 48) entende que ela não se realiza prioritariamente pela transferência de serviços públicos ao setor privado, mas pela "constituição objetiva de um mercado de consumo de serviços educacionais, o que ocorre pela omissão ou saída do Estado de diversos âmbitos educativos e pela deterioração dos serviços públicos, combinadas às exigências crescentes de formação do mercado de trabalho". Na mesma linha de raciocínio, Draibe (1994, p. 97) apresenta outra forma de privatização: "é a que propõe o

deslocamento da produção e/ou da distribuição de bens e serviços públicos para o setor privado não-lucrativo, composto por associações de filantropia e organizações comunitárias, ou as novas formas de organizações não-governamentais”. A autora discute ainda outras formas de se proceder a privatização dos serviços sociais públicos. Entre elas:

[...] a cessação de programas públicos e o desengajamento do governo de algumas responsabilidades específicas (“privatização implícita”); reduções (em volume, capacidade, qualidade) de serviços publicamente produzidos, conduzindo a demanda para o setor privado (“privatização por atribuição”); o financiamento público do consumo de serviços privados através de contratação e terceirização, reembolso ou “indenização” dos consumidores, *tickets* e “vales” com pagamento direto dos provisosos privados (DRAIBE, 1994, p. 97).

Pimenta (1998, p. 179-180) sintetiza a definição de privatização defendida por FHC como a venda de ativos públicos que não devem mais permanecer dentro do setor público e acrescenta outros dois mecanismos principais das políticas de FHC: a “publicização” que “é a transformação de órgãos estatais em entidades públicas não-estatais, de direito privado e sem fins lucrativos, que recebem recursos do orçamento público, além de outras fontes possíveis” e a “terceirização” que “é a contratação externa de serviços a serem prestados por terceiros”.

Já a avaliação, um dos eixos centrais da política neoliberal de FHC, por incorporar às instituições públicas, especialmente aos sistemas educativos, a lógica de gestão do mercado, baseada no controle dos resultados ou produtos, reflete a necessidade, por parte do Estado, em obter indicadores que atendam às exigências de “inovação científica e tecnológica para enfrentar a competitividade internacional” (AFONSO, 2000, p. 49).

Em outras palavras, para que as instituições educacionais obtenham maior eficiência e produtividade para tornarem-se competitivas, o governo oferece total liberdade de gestão dos processos e para tanto, flexibiliza as formas de funcionamento, os tempos, os contratos, as fontes de financiamentos, entre outros, porém controla os resultados com instrumentos de medida de competitividade, os quais têm sido denominados de avaliação.

Os eixos centrais, acima analisados, para ajuste à ordem neoliberal a partir dos governos de FHC conduziram o processo de reforma do Estado brasileiro, “tendo sido,

para isso, criado inclusive um ministério, o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) que apresentou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado em 1995” (PERONI, 2003, p. 58-59).

O plano diretor refere-se a três tipos de administração pública: a patrimonialista, a burocrática e a gerencial, esta última, por sua vez, aponta para a necessidade de se reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços por meio de estratégias como: “a definição precisa dos objetivos e a autonomia do administrador para gerir recursos humanos, materiais e financeiros” (PERONI, 2003, p. 59).

A proposta do MARE de reforma do Estado brasileiro cria novas formas de administração estatal, define os serviços não-exclusivos do Estado e, assim sendo, de propriedade pública não-estatal ou privada.

O projeto de transformar as universidades federais em organizações sociais, regidas por um contrato de gestão, conforme o modelo gerencial de administração do MARE, que classifica as universidades entre os serviços não exclusivos do Estado, representa a grande estratégia de conceber as universidades federais como “espaço privilegiado para a criação da propriedade pública não-estatal, assim como todas as instituições que prestam serviços sociais ou científicos” (CATANI; OLIVEIRA, 2000, p. 76).

As organizações sociais enquanto fundações públicas de direito privado, expressam a autonomia fundamentada no gerenciamento empresarial que subordina as universidades aos recursos provenientes do setor produtivo. “Após a tentativa malograda de realizar uma privatização branca das universidades públicas através da transformação voluntária das mesmas em instituições públicas não estatais, optou, diante da forte reação das universidades, por outra alternativa: a proposta de autonomia plena” (TRINDADE, 1999, p. 32).

Em outras palavras, o governo propôs financiar as universidades pelo prazo de dez anos com o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Superior e o desenvolvimento de uma política de qualificação das instituições privadas. Proposta que contraria, novamente, as organizações representativas do movimento docente que reivindicam a autonomia de gestão financeira dos recursos garantidos pelo Estado, conforme previsto na Constituição Federal e na LDB.

Dentre as alterações na forma de atuação do Estado brasileiro a partir da década de noventa, aquelas voltadas a redução de gastos com as universidades

públicas, vêm consolidando um novo padrão de educação superior no país que se aproxima do modelo de *universidade operacional*, modelo este que difere bastante dos princípios que nortearam a constituição da universidade pública brasileira: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento, a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, e a universidade de resultados estava voltada para as empresas; a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma como estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Em outras palavras, a universidade está virada para dentro de si mesma, mas, como veremos, isso não significa um retorno a si, e sim uma perda de si mesma. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual (CHAUÍ, 2001, p. 190).

Aqui, pode-se depreender que, as alterações no modelo de universidade estão diretamente relacionadas com as mudanças na forma de organização do trabalho, da política e da sociedade que demandaram o mercado mundial.

Tendo em vista o propósito deste artigo em apreender as mudanças sociais, políticas e econômicas no final do século XX e limiar do século XXI, o percurso de análise destacou a emergência de formas produtivas mais flexíveis para atender a intensificação do processo de globalização dos mercados e a abrangência dos interesses neoliberais.

Foi analisado que, no contexto de um mercado mundial altamente competitivo, impulsionado pelo avanço tecnológico, o Estado brasileiro implementou um conjunto de reformas como forma de reduzir os gastos públicos para se obter um equilíbrio orçamentário.

Os ajustes estruturais implantados a partir dos mandatos de governo de FHC, como forma de reduzir os gastos da União, deixaram em condições precárias a educação pública brasileira, em especial, a educação superior.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. Escola Pública, comunidade e avaliação. In: ESTEBAN, Maria Teresa. *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- BATISTA, Paulo N. *O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: PEDEX, 1994. (Caderno dívida externa, 6).
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 23 dez. 1996b.
- BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Brasília, 1988.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo e o consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In: MALAGUTI, Manoel; CARCANHOLO, Reinaldo A; CARCANHOLO, Marcelo Dias (Org.). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 15-35.
- CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. As políticas de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil: alterações no sistema e nas universidades públicas. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *Educação Superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000. p. 63-81.
- CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.
- CORAGGIO, José Luis. Tradução de Mônica Corullón. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez: PUC-SP: Ação Educativa, 1996. p. 75-123.
- CORSI, Luiz Francisco. A globalização e a crise dos Estados Nacionais. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; RESENDE, Paulo-Edgar. A. (Org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 102-108.
- DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003.
- DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo. *Revista de Educação da USP*, São Paulo, n. 17. p. 86-101, 1994.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- GÓMEZ, José Maria. Política e democracia em tempos de globalização. In: CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (CLASCO). *Laboratório de políticas públicas*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 13-139.

HADDAD, Sérgio. Os bancos multilaterais e as políticas educacionais no Brasil. In: VIANNA JÚNIOR, Aurélio (Org.). *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Brasília: Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, 1998. p. 41-52.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.

HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. Tradução de Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977.

IANNI, Octávio. A política mudou de lugar. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (Org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 17-27.

INVERNIZZI, Noela. Qualificação e novas formas de controle da força de trabalho no processo de reestruturação da indústria brasileira: tendências dos últimos vinte anos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu. *GT9: trabalho e educação*. Rio de Janeiro: ANPED, 2000.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. As incomparáveis virtudes do mercado: políticas sociais e padrões de atuação do Estado nos marcos do neoliberalismo. In: KRAWCZYSA, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio. *O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate*. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 13-42.

PERONI, Vera. *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2003.

PIMENTA, Carlos César. A reforma gerencial do Estado brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 173-199, set./out. 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. p. 83-129.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. Organização do trabalho escolar e políticas educacionais no limiar do século XXI. In: CICILLINI, Graça Aparecida; NOGUEIRA, Sandra Vidal (Org.) *Educação escolar: políticas, saberes e práticas pedagógicas*. Uberlândia: EDUFU, 2002. p.137-161.

SILVA JÚNIOR, João do Reis. Posfácio: desigualdades sociais, reformas educacionais e a construção do novo homem. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *Educação Superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000. p. 235-246.

TRINDADE, Héglio (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Vozes: Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999.